

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.808.723 - RN (2019/0101855-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : MHAG SERVIÇOS E MINERAÇÃO S/A
ADVOGADOS : WILLIAM EDUARDO FREIRE - MG047727
MARINA BARBOSA DE FREITAS - MG169040
MARCELO TOBIAS DA SILVA AZEVEDO - MG130790
MARIANA JEANNERET MOURAO - MG137610
RECORRENTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : IDEMA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE
INTERES. : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
INTERES. : DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM
INTERES. : TONIOLO, BUSNELLO S/A - TUNEIS, TERRAPLENAGENS E PAVIMENTACOES
ADVOGADO : IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE - RN001370
INTERES. : SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - SUDEMA
OUTRO NOME : SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DA PARAÍBA SUDEMA
ADVOGADO : MIRLENE CARVALHO L DE BRITO E OUTRO(S) - PB011869
INTERES. : AGENCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
OUTRO NOME : AGÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - CPRH
PROCURADOR : LARISSA MEDEIROS SANTOS E OUTRO(S) - PE000409A

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AMBIENTAL. RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR DANO AMBIENTAL. DEMANDA PROPOSTA PELO MPF/RN CONTRA EMPRESA DE MINERAÇÃO E VÁRIOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS RECLAMANDO O DEVIDO LICENCIAMENTO E A FISCALIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTO DE GRANDE PORTE, DESTINADO À EXTRAÇÃO, AO TRANSPORTE E À ALOCAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO ENVOLVENDO O TERRITÓRIO DE TRÊS ESTADOS DA FEDERAÇÃO (RN, PB e PE). EXISTÊNCIA DE DOIS APELOS RAROS, DO DNOCS E DA EMPRESA MINERADORA.

RECURSO DO DNOCS. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. CONDENAÇÃO SOFRIDA À OBRIGAÇÃO JÁ EXISTENTE NA LEGISLAÇÃO. A EXIGÊNCIA LEGAL AO DNOCS NA FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS SE APRESENTA GENERICAMENTE

PREVISTA NA LEI. PORÉM, NADA IMPEDE, QUE EM DETERMINADA HIPÓTESE CONCRETA, A OBRIGAÇÃO ESPECÍFICA A DETERMINADO RESERVATÓRIO HÍDRICO SEJA DETERMINADA POR SENTENÇA, AINDA MAIS NO PRESENTE CASO, QUANDO SE PRETENDE ATRAVÉS DA PRESENTE DEMANDA A PREVENÇÃO AMBIENTAL ÀQUELE RECURSO HÍDRICO. RECURSO ESPECIAL DO DNOCS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

RECURSO DA EMPRESA MINERADORA. NÃO SE ADMITE A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL COM O OBJETIVO DE SE APLICAR OU AFASTAR NORMAS INFRALEGAIS, COMO OCORRE NO PRESENTE CASO, EM RELAÇÃO ÀS RESOLUÇÕES CONAMA 237/1997 E 10/1990. NULIDADE POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO JULGAMENTO ANTERIOR INEXISTENTE. VEICULAÇÃO DE ALEGAÇÕES GENÉRICAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. ÓBICE TAMBÉM APLICADO EM RELAÇÃO AOS DISPOSITIVOS APONTADOS DA LEI 6.938/1981. NO MÉRITO, A CAUSA FOI JULGADA PELA CORTE DE ORIGEM, NÃO APENAS ANTE A INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DE NORMAS LEGAIS, MAS TAMBÉM E PRINCIPALMENTE, À VISTA DOS ELEMENTOS FÁTICOS-PROBATÓRIOS, A IMPEDIR A ANÁLISE NESTA SEARA RECURSAL ESPECIAL. TAL ENTENDIMENTO SE APLICA TAMBÉM AO ARGUMENTO DE JULGAMENTO EXTRA PETITA, PORQUANTO ESTA MATÉRIA FOI CONSIDERADA INTEGRANTE DO MÉRITO DA DEMANDA E JULGADA EM CONJUNTO. NÃO OCORRE A ILEGITIMIDADE DO DNOCS, TAL COMO JÁ SE APRECIOU NO SEU PRÓPRIO RECURSO, PORÉM AINDA QUE REFERIDA ENTIDADE FEDERAL FOSSE EXCLUÍDA DA LIDE, TAL FATO NÃO SERIA SUFICIENTE AO DESLOCAMENTO DA COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA ESTADUAL, DADA A PRESENÇA DO IBAMA E DO DNPM. RECURSO ESPECIAL DA EMPRESA MINERADORA NÃO CONHECIDO.

PARECER MINISTERIAL PELO DESPROVIMENTO DE AMBOS OS RECURSOS. RECURSO ESPECIAL DA EMPRESA MINERADORA NÃO CONHECIDO E APELO RARO DO DNOCS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, não conhecer do Recurso Especial da MHAG Serviços e Mineração S/A e negar provimento ao apelo raro do Departamento Nacional de Obras contra as Secas, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília/DF, 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

